

14 OUT 1988

ALOYSIO AZEVEDO

Quando o Mailson disse que a inflação ia se estabilizar em torno dos 20%, telefonei imediatamente para o Paulo Rabello para saber se ele avalizava o prognóstico e recebi a seguinte resposta: "Não creio por mil razões. O meu palpite é de que ela continuará subindo com aquele perfil de escada desajeitada, onde os ângulos dos degraus são agudos". Bom, essa é a opinião da Fundação Getúlio Vargas. Precisamos saber o que pensa a Universidade de São Paulo. Falei com o Eduardo Rocha Azevedo (não sei de onde ele foi tirar esse sobrenome?...), porque sabia que ele ouve muito o Affonso Celso Pastore. "Que nada. Vai continuar subindo que nem patamar de escada." Fiquei assombrado com a coincidência, até nas palavras.

Ai, veio o degrau de julho: 24%! E a temperatura nos escritórios refrigerados da avenida Paulista subiu a mais de 40°! Novas abordagens do déficit público e de seu financiamento, mais ou menos criativas, passaram a circular na praça, algumas com a velocidade da luz. Era estranho que a opinião do ministro (e opinião de ministro quase sempre tem de percorrer estranhos caminhos) fosse mais acatada do que a de especialistas tão notáveis! Em agosto vieram os refrescantes 21%, confirmando a existência da tal escada de ângulos agudos. Em setembro voltaram os 24%, combinados com o tabelamamento dos juros pela Constituinte em 12%. Outro tremor na avenida Paulista. Uma sexta-feira para ninguém botar defeito! Na segunda-feira, o milagre: nenhuma hiperinflação! O parecer do consultor falou mais alto do que a incrível clareza do texto constitucional. Caiamos outra vez na escada e tudo indica que iremos para um degrau de mais ou menos 26%.

No entanto, ficou no ar essa questão dos 12%, que não é tão sim-

ples ou meramente um tabelamento. Trata-se de um verdadeiro divisor de águas da política monetária. É muito provável o calote se os custos do crédito ao consumidor continuarem acima de 100%. Parar as vendas, nas vésperas do Natal? Nem pensar! Emendar desde já a nova Constituição? Talvez.

E a crise entre a União e os estados federados em torno do bolo orçamentário? Será que o País está em condições de suportar rompimentos nessa área tão importante? Ou parece mais razoável que as partes encontrem também o caminho do pacto político para que o Zequinha tenha com que governar o seu Estado, da mesma forma que um dos nossos atuais governadores possa amanhã administrar bem o Brasil?

Ao mesmo tempo uma campanha traiçoeira busca a desmoralização da nova Constituição ao tentar tirar-lhe eficácia, quando se sabe que sua imediata aplicação trará sua legitimação junto ao povo, requisito fundamental para a observância das leis.

Embora todos esses conflitos sejam naturais e devam, portanto, ser recebidos como parte do jogo democrático, não é menos verdade que provocam um desgaste inútil das instituições e agravam a crise de governabilidade em que nos encontramos. Somando-se a essas indefinições essa inflação exasperante, que vai corroendo lentamente as nossas forças, desarticulando reações e transformando a hiperinflação numa miragem, crê-se cada vez menos na capacidade de intervenções saneadoras antes da eleição do próximo presidente da República. E, com os novos prefeitos, articula-se rapidamente o quadro maior, predominantemente oposicionista, variadamente oposicionista, pouco propício a um pacto legitimador. Oremos.